

HISTÓRIA DE UMA HISTÓRIA

Brasil Bandecchi (*)

ABSTRACT

Júlio Frank, born in Gotha in 1808, Germany, is a very questioned personality in the History of Brazil, mainly São Paulo. He was professor of a course attached to the Faculty of Law in this city. He founded in 1831 a secret society named "Burschenschaft" known as the "Bucha" with a philanthropical purpose and liberal approach.

Júlio Frank wrote the first Universal History published in Brazil. He and Libero Badaró introduced the liberalism in São Paulo. Such a personality suffered, of course, many criticisms but has also a great number of defenders.

Brasil Bandecchi in his paper "Bucha, the Freemasonry and the liberal spirit" herein presented, exposes the history of Júlio Frank's "Summary of the Universal History", issued in 1839 pointing out the issued unjust critics about this book.

In short, Brasil Bandecchi sets forth the author and his work in his historical time so the reader will be able to grasp the real position of the book in the contexture of the didactic textbooks in Brazil.

I

O *Resumo de História Universal*, de Júlio Frank, é, hoje, obra raríssima e dela existem, apenas, alguns exemplares. Editado em 1839, em dois volumes, não mais foi reimpresso. Do uso constante pelos alunos do Curso Anexo à Faculdade de Direito de São Paulo, passando de geração em geração e por muitas mãos, o livro foi se desgastando. Daí os poucos exemplares que sobraram, dos quais conheço dois: o do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, com as primeiras páginas chamuscadas na parte superior, o que impede, nesta parte, a leitura e o de propriedade do Dr. Álvaro Amaral. Este exemplar inicialmente pertenceu a Luís Francisco Câmara Leal, depois ao Padre Deusdedit Araújo, deste passou para o Prof. Ataliba Nogueira, que o ofertou a seu atual possuidor.

(*) Membro do Conselho Administrativo do Fundo de Pesquisas do Museu Paulista, da Academia Paulista de Letras, da Academia Paulista de História e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

O mistério em que procuram envolver o autor do *Resumo* e a dificuldade da consulta, pela sua raridade, têm levado a juízos críticos precipitados e superficiais sobre o mesmo. A maioria que a ele se refere nunca viu sequer um exemplar do mesmo.

A citação de trechos ou frases isoladas, como fez Gustavo Barroso ⁽¹⁾ em sua *História Secreta do Brasil*, vol. II, pp. 35-36, não permite ver as coisas senão de forma imperfeita e distorcida. Escreve o intelectual cearense:

“Lemos cuidadosamente o seu volume (sic), decalcado ou traduzido de outro alemão, que não é indicado. (...) Uma série de lugares comuns, tendo, de quando em quando, apesar da disposição legal que obrigava os livros didáticos a não ofender os princípios básicos da sociedade, certos pedacinhos que uma censura avisada poderia suprimir com carradas de razão. À pág. 149, refere-se à Humanidade Divinizada na capital do cristianismo e nem de leve alude às perseguições e martírios dos cristãos. À pág. 162, denigra o Imperador Constantino e diz que o cristianismo foi somente um meio político de domínio. À pág. 163, elogia Juliano o Apóstata, embora, pro formula (sic), condene o erro político de haver abandonado a religião. Às págs. 176 e 186, detrata os padres e o catolicismo. À pág. 187, mal se refere ao Corpus Juris, como quem pensa com o judeu Caim Buckeburg, vulgo Henri Heine, que é a Bíblia de Satanaz. À pág. 188, diz que o maometismo foi benéfico para os cristãos que resvalavam para a idolatria. À pág. 191, afirma que o cristianismo foi um meio de política aplicado por Carlos Magno.”

No livro *A Bucha, a Maçonaria e o Espírito Liberal* (Livraria Teixeira, 1978), em apêndice tratei deste assunto e o faço, agora, nos mesmos termos, pois entendo oportuno o confronto do que escreveu Gustavo Barroso com o texto de Júlio Frank. Vimos o que disse o autor da *História Secreta do Brasil*, vejamos o que escreveu o fundador da Burschenschaft.

Quanto o *Resumo* ter sido “decalcado ou traduzido de outro alemão que não é indicado”, eis o que informa Frank no prefácio:

“...que ninguém se persuada, que tenho a ridícula filáucia de haver escrito uma História Universal, isto é, de ter estendido o campo desta ciência”.

(1) Gustavo Barroso tomou conhecimento do livro de Júlio Frank, em visita que fez, certa noite, a ilustre professor de direito, levado por ativo engenheiro, seu correligionário do extinto Partido Integralista.

E explica:

“Certo das dificuldades, que uma tal obra oferece e desconfiado dos meus mesquinhos conhecimentos recorri ao Resumo que fez um sábio alemão, o distinto H. Luís Poelitz, professor de Ciências do Estado da Universidade de Leipzig. Porém um mais profundo exame do livro e a experiência mostraram-me que nem esse Resumo podia em tudo satisfazer às necessidades do Estabelecimento (Curso Anexo); e portanto em vez de dar uma versão, como pretendia, resolvi-me compor uma obra nova — mormente na parte que trata da Idade Média — fundando-a todavia no excelente sistema daquele historiador”.

Dito isto, passemos aos pontos que foram incriminados pelo severo crítico, indicando as páginas em que se encontram, todas do primeiro volume do *Resumo de História Universal*:

Pág. 149: “Cristo atestou por suas obras a sua sublime missão; e sua doutrina demonstrou-a na prática por seu caráter ilibado, assim como pelo mesmo caráter se tornou o mais sublime modelo da Humanidade Divinizada para os que o adoram e professam.

A nova crença espalhou-se logo depois da morte do seu fundador pelas províncias do império Romano; porém foi debaixo de Constantino, no quarto século depois da sua fundação, que se tornou Religião dominante e pública do Estado. O Cristianismo abrandou o gênio feroz dos povos Germânicos, que inundaram o império Romano, porém ainda mais universal é a sua benéfica ação: ele é a base da civilização, da conservação e melhor constituição dos modernos Estados Europeus.”

Pág. 162: “Constantino aniquilou o despotismo militar, e fundou um novo sistema, que tendia para o despotismo da corte e a hierarquia sacerdotal: os principais meios foram a mudança da capital de Roma, para Bizâncio (Constantinopla), e a elevação do Cristianismo à religião do Estado.”

Pág. 163: “Juliano, apesar dos grandes talentos e inegáveis méritos na administração pública, cometeu um erro imperdoável, abandonando de novo a religião do Estado, a religião Cristã, pois mostrava por esta inovação, que não penetrava o espírito do seu século (Apóstata).”

Pág. 170: “Assim continuou a vegetar esse Império Oriental: mulheres, frades, e eunucos decidiam dos negócios os mais importantes do Estado: perseguições de hereges e disputas das seitas religiosas eram objetivos da atividade pública, muito mais do que a defesa do país contra os bárbaros; no trono dominaram Imperadores pela mór parte indígnos e

débeis, tanto que poucos desses que reinaram durante este período até ao século de Karl o Franco, merecem um lugar nos anais da história.”

Pág. 186: “O Império Bizantino já nestes tempos estava à borda do precipício; rapidamente se sucediam os seus soberanos, elevados e expulsos pelas intrigas do clero, das mulheres e dos eunucos (. . .).”

Págs 186/187: “Muito curou este imperador da legislação e da justiça, mandando arranjar por seu famoso chanceler Treboniano uma compilação das leis Romanas, com o título de código Justiniano.”

Pág. 188: “Benéfica foi a religião de Maomé para os povos idólatras que a adotaram, porque como imitações em parte da Cristã e Judáica encerram mais fecundos princípios de civilização e sociabilidade, do que a grosseira idolatria dos árabes, — benéfica para os Cristãos de então, porque chamava-os à união contra um inimigo comum, e à observância da verdadeira religião ultrajada por miseráveis disputas e perseguições.”

Pág. 191: “As reclamações de Desidério decidiram Carlos Magno a declarar-lhe a guerra; porém antes do seu começo principiou a longa luta de Carlos e dos Saxônios, contra os quais já os anteriores reis Francos haviam combatido longo tempo. Esta guerra não foi uma luta de príncipes, mas um combate de povos, provocado pelo ódio implacável, que reinava entre Francos e Saxônios. Carlos desejava subjugar-los completamente, e tornar a sua sujeição mais segura pela introdução do Cristianismo entre eles; porém trinta anos de guerra foram necessários para quebrar a força deste valente povo (Wittekind, chamava-se seu príncipe e chefe)”.

Sem maiores comentários, deixo ao leitor a conclusão deste episódio.

Se se tratasse tão somente de um livro de História Universal, o seu interesse desapareceria como desaparecem montanhas de livros, ficando apenas registrado pelo seu pioneirismo em nossa terra. Mas não. Estamos em face de uma obra de personagem discutidíssimo e seu livro serve para esclarecer aspectos da sua vida. Aqui o livro passa a ter especial valor histórico. Não pelo que ele por si só representa, mas, principalmente, pelo que o autor significa no cenário cultural e histórico do século transcurso.

Sua importância na história do livro didático no Brasil é marcante.

A notícia mais remota que temos de uma História Universal em vernáculo, encontrei na *Grande Enciclopédia Portuguesa-Brasileira*, vol. XIII, da Editorial Enciclopédica Limitada, Lisboa-Rio de Janeiro. Trata-se da *História Universal de todos os impérios, reinos, cidades e monarquias*. Esta obra apareceu em 1760, em cadernos numerados e artigos literários. Pela simples enunciação, vê-se que não se trata de trabalho didático e muito menos de um compêndio. Dessa publicação não encontrei referência

nas grandes bibliotecas brasileiras, duvidando sua existência nas outras, salvo em alguma particular, o que, assim mesmo, me parece difícil.

Já em 1840 apareceu o *Compêndio de História Antiga*, publicado no Rio de Janeiro e dele existe um exemplar na Seção de Livros Raros da Biblioteca "Mário de Andrade", da Prefeitura da Capital paulista.

Na mesma seção existe um *Compêndio das épocas e sucessos mais ilustres da história geral*, por Antonio Pereira Figueiredo, Lisboa, na Régia Oficina Tipográfica, MDCCLXXXII, com licença da Real Mesa.

Como a primeira, esta, embora com o nome de *compêndio*, não é uma História Universal, mas um resumo das épocas e sucessos dos mais ilustres da história geral. Resta o compêndio publicado, no Rio de Janeiro, em 1840, do qual adiante me ocuparei.

Note-se que minha preocupação é com a história universal na Idade Contemporânea; daí não fazer referência a Heródoto, com o qual a história perde sua característica lendária e adquire sentido mais humano do que sobrenatural, época em que Políbio, ironizando, dizia que quando os homens não encontravam justificação para suas narrativas buscavam o apoio dos deuses.

Deixemos os gregos e os romanos com as suas concepções e a visão que a Idade Média tinha da história.

Do século XVI ao XVIII, aparece a crítica histórica, onde se procura distinguir o verdadeiro do falso na descrição dos fatos pretéritos e que abre novos horizontes para esses estudos e dá ao século XIX a denominação de Século da História. Neste século, a história torna-se uma profissão, uma atividade de especialistas. Com isso, passa-se a considerar que para ser historiador é preciso ter uma formação especializada. É na Alemanha que toma corpo o estudo científico da história, que influenciará todo o mundo civilizado, principalmente o ensino nas universidades. Agora, as histórias universais passam a ser escritas para uso dos estudantes, como a *Histoire Universelle, ancienne e moderne*, par M. Le Comte de Séguir, Bruxelles, 1822. Séguir explica:

"J'écris ce livre pour la jeunesse; mais vieillesse vent lui être utile. L'étude de l'histoire est, selon moi, la plus necessaire aux hommes, quels que soient leur âge a la carrière a laquelle il se destinent."

Em 1838, Cesar Cantú iniciou a publicação de sua famosa *Storia Universale* e quando, em 1847, completou sua obra, escreveu longas páginas, *l'autore ai giovani italiani*, falando da importância da história.

A *História*, de Cantú, aparece, pela primeira vez, em português, em 1879, atualizada e ampliada na parte relativa a Portugal e ao Brasil, por



Antônio Ennes, e editada pela Empresa Literária Fluminense, Rio de Janeiro (2).

Em 1860, J. Chantrel publicou o *Nouveau Cours D'Histoire Universelle*, também dedicado aos jovens:

“Nous nous sommes proposé, en écrivant ce *Nouveau Cors*, de mettre entre les mains de la jeunesse une *Histoire*, qui ne fut ni trop longue pour le peu de temps qu'on peut consacrer à son étude dans les maisons d'éducation. . .”

Pelo citado, é de se observar que a preocupação de escrever livros de história didáticos era grande e que em língua portuguesa, em 1840, foi editado no Rio de Janeiro um *Compêndio de História Antiga*, sendo, pelo que me foi dado apurar, o primeiro livro didático, de história universal em português, o de autoria de Júlio Frank, publicado em São Paulo, em 1839, impresso por ordem do governo na Tipografia de M.F. Costa Silveira, à rua São Gonçalo, 14.

II

O nome de Júlio Frank é lendário na história da Faculdade de Direito de São Paulo e, por consequência, na própria história de São Paulo.

Em livro de minha autoria (3), descrevi, com alguns detalhes, diversos lances da vida desse decantado personagem, o que me dispense de fazer aqui, pois entendo o suficiente traçar, em rápidas pinceladas, sua biografia.

Friedrick Sommer (4), depois de longas pesquisas, examinou o registro paroquial de Santa Margarida, em Gotha e pôde verificar que Júlio Frank, cujo nome completo era João Júlio Godofredo Luís Frank, nasceu no dia 8 de dezembro de 1808, sendo filho primogênito do encadernador de livros Carlos Frederico Frank e de Carlota Frederica, filha do mestre encadernador da Corte de Ludovico Herlan. Constatou, também, que seus pais haviam contraído matrimônio um mês antes do seu nascimento.

Sommer verificou ainda que os conhecimentos de Frank eram notáveis para um jovem de 17 anos de idade e que ele cursou a Universidade de

(2) Da *História*, de Cantú, foi feita uma nova tradução para a língua nacional, por Savério Fittipaldi, editada em São Paulo, com prefácio de Antônio Piccarolo.

(3) Ob. cit.

(4) *Wahrheit und Dichtung um Julius Frank (1808-1841)*, in *Uhles Sahrbuch*, São Paulo, 1938, pp. 169/178. Trad. pelo Dr. Benedito Lang, feita a pedido de Brasil Bandecchi. Tradução ainda inédita.

Gotha, de Micaelis (sic) de 1825 até, inclusive, a Páscoa de 1827, matriculado na Cadeira de Filologia.

Informa, também, que Alexandre Haas, interessado pela figura de Júlio Frank, fornece elementos para que se conheça sua vida antes de sua chegada ao Brasil. Haas descobriu na Biblioteca da Universidade de Hanover uma carta de Frank, datada de 24 de janeiro de 1828, endereçada a um conselheiro da Universidade de Gotha, na qual há revelações interessantes sobre sua vida.

Terminados os estudos preparatórios, Frank matriculou-se na Universidade de Gotha, onde foi três vezes chamado ao Conselho Universitário, sendo duas por participação em duelos e uma por excesso num campo de tiro. Por causa de dívidas, o jovem de 18 anos foi obrigado, na Páscoa de 1827, a deixar sua terra natal, pois seus credores obtiveram ordem de prisão contra ele. Depois de passar algum tempo em Lipsia, foi para Berlim, onde teve que lecionar para seu sustento.

Em 1828, Frank veio para o Brasil, desembarcou no Rio de Janeiro e daí foi para Sorocaba, em São Paulo. Sob a proteção de Rafael Tobias de Aguiar, presidente da Província, transferiu-se para a Capital paulista, onde, relacionado com os estudantes da recém-instalada Faculdade de Direito, fundou, em 1831, a Burschenschaft. Em 1834 foi contratado para lecionar História e Geografia no Curso Anexo desse Instituto superior. Faleceu em 1841, tendo sido sepultado num pátio interno da Faculdade, onde se encontra seu túmulo mandado erguer pelos estudantes ⁽⁵⁾.

Júlio Frank foi, com Líbero Badaró, o introdutor das idéias liberais na Academia do Largo São Francisco ⁽⁶⁾.

Naturalizou-se brasileiro e pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

III

A fundação dos cursos jurídicos no Brasil (11 de agosto de 1827) passou a exigir cursos de humanidades mais eficientes para melhor preparar os candidatos às academias.

“Fragmentado em aulas avulsas, à moda do ensino de aulas régias, o ensino secundário reduzia-se, às vésperas do Ato Adicional a um pu-

(5) Júlio Frank era protestante e não podia ser enterrado em igreja católica como era costume na época e, por esse motivo, foi sepultado num pátio interno da Academia (V. Brasil Bandecchi, ob. cit.).

(6) Miguel Reale — *A Faculdade de Direito e a história das idéias no Brasil*, Suplemento Cultural de “O Estado de S. Paulo”, 7 de agosto de 1977.

nhado de aulas de latim, retórica, filosofia, geometria, francês e comércio, espalhadas pelos quatro cantos do Império” (7).

O curso anexo, dada a descentralização referida, incluiu no seu *curriculum* a disciplina de história universal, necessária à formação dos futuros bacharéis.

Em 1837, por decreto de 2 de dezembro, data natalícia do Imperador-Menino, o Seminário São Joaquim foi transformado em estabelecimento de instrução secundária, com o nome de D. Pedro II e do seu *curriculum* constavam as seguintes matérias: línguas latina, grega, francesa e inglesa, gramática nacional e retórica, história, geografia, ciências naturais, matemática, música e desenho.

Os formados pelo Colégio D. Pedro II estavam dispensados de provas vestibulares para matricularem-se em cursos superiores. Surgiu, com esse estabelecimento padrão, a obrigatoriedade do estudo de história, aliás, já existente no Curso Anexo da Faculdade de São Paulo.

Antes de 37, havia em poucas províncias, liceus criados por força do Ato Adicional (Rio Grande do Norte, 1835; Bahia e Paraíba, 1836), mas os diplomados por eles estavam sujeitos aos exames vestibulares, se quisessem prosseguir estudos em curso superior.

“De fato, não eram as aprovações conferidas pelos liceus provinciais reconhecidas pelo Centro como suficientes para matrícula nas Academias, independentemente de novas provas. Daí a escassa e irregular freqüência aos estabelecimentos secundários locais: os jovens aspirantes aos cursos superiores, embora iniciassem seus estudos nas províncias, cedo abandonavam os liceus preferindo concluí-los na Corte ou nas províncias sede de faculdades, onde poderiam obter os necessários certificados de aprovação” (8).

Os cursos anexos tinham a vantagem de serem ministrados, obedecendo a orientação das faculdades, por professores por elas contratados.

O art. 6.º da Lei de 15 de outubro de 1827, estabelecia que nas escolas de primeiras letras os professores deviam ensinar a ler e escrever, as quatro operações, gramática da língua nacional, princípios de moral cristã e da doutrina católica, apostólica romana, preferindo para leitura a Constituição do Império e a História do Brasil.

É de se levar em consideração que para alunos de primeiras letras, a leitura da Constituição e da História do Brasil, esta, pelo que havia publicado até então, e, aquela pela sua própria natureza, era bem pouco proveitosa aos estudantes do grau. Leitura pouco proveitosa e enfadonha.

(7) Maria de Lourdes Mariotto Haidar — *O ensino secundário no Império Brasileiro*, São Paulo, 1972, p. 20.

(8) *Idem, idem*, p. 23.

O que se deve registrar, entretanto, é que o ensino da história começa a preocupar as autoridades e a interessar os jovens. Assim é que, em 1860, se matricularam no Curso Anexo da Faculdade de Direito de São Paulo 317 estudantes, sendo 108 em história, seguidos de 78 em filosofia ⁽⁹⁾. Isto prova, também, que nas outras disciplinas já vinham preparados para o exame ou já haviam sido aprovados, anteriormente.

Os exames deviam ser rigorosos, pois que nesse ano, nas diversas disciplinas requereram exame 703 alunos e “apenas 295 foram bem sucedidos, sendo 244 aprovados simplesmente e 51 plenamente” ⁽¹⁰⁾.

IV

Nomeado professor de História do Curso Anexo, com um longo contrato de 10 anos, no governo liberal de Rafael Tobias de Aguiar, Júlio Frank, para preencher visível lacuna, dispôs-se a escrever um *Resumo de História Universal*, visto que em língua portuguesa não havia um livro sequer para atender às exigências curriculares.

A Alemanha era, no século, o centro onde o estudo da história tinha maior incremento, como vimos. E Frank vinha de lá e estudara em suas universidades.

Conhecendo diversas línguas, inteligente e culto, e estando no Brasil desde 1828 não lhe foi difícil aprender o idioma nacional. Daí seu *Resumo de História Universal*, em português, para uso da história e geografia, da Academia de Ciências Jurídicas e Sociais da Cidade de São Paulo, em dois volumes, publicados por ordem do governo provincial em 1839. O vol. I contém a História Antiga e o II a História Moderna.

Na advertência, escreve:

“Foi a falta de um Compêndio de História Universal adequado ao ensino no Estabelecimento em que estou empregado, que me fez conceber a idéia de compor um *Resumo Histórico*. Certo das dificuldades, que uma tal obra oferece, e desconfiado de meus mesquinhos conhecimentos recorri ao *Resumo* que fez um sábio Alemão, o distinto H. Luís Poelitz, Professor das Ciências d’Estado na Universidade de Leipzig.”

Notou, porém (como já fiz sentir no início e que, aqui é oportuno repetir), levado pela experiência adquirida no Brasil e no ensino, que uma

(9) Clemente Falcão Filho — *Memória Histórica Acadêmica*, São Paulo, 1860, p. 5.

(10) Idem, idem, p. 4.

simples versão daquele *Resumo* não atenderia às finalidades do curso. E, por essa razão, resolveu compor uma obra nova, “mormente na parte que trata da Idade Média — fundando-a todavia no excelente sistema daquele insigne historiador.”

Esclarece, assim, que dadas as circunstâncias indicadas, desistiu da tradução, fez uma obra nova e de que se valeu do livro de Poelitz, no que tange ao método.

“O resumo da obra não deve a meu ver provocar censuras, pois é antes nessa qualidade que eu colocara o mérito dela — se algum tivesse.”

E ainda:

“As mais importantes revoluções, as demonstrações dos mais insígnos desenvolvimentos políticos do Homem certamente não ficaram esquecidos neste Compêndio. Quanto à história da cultura, apenas pode ser *indicada* num tal livro, pois que pela tendência moderna da História Universal deverá ela formar uma ciência distinta, e ser quanto a esta a Filosofia da História. Fatos mesquinhos, e destituídos de importância universal, datas de nascimento e morte deste ou daquele duque ou marquês, a não ser um duque Bernardo de Weimar, um marquês de Pombal, de certo não merecem lugar em um compêndio destinado em nosso século a uma juventude, na qual repousa, ou deve repousar o porvir de um povo que tem todas as proporções para vir a ser uma grande Nação.”

Outrossim, prometia, se o gosto da história se introduzisse “nas classes verdadeiramente populares”, escrever um compêndio para as *Aulas Primárias*, “onde existe a verdadeira fonte da moralidade, religiosidade, e por conseqüência da liberdade, assim como outro verdadeiramente acadêmico, para o qual há muito tenho os materiais prontos, — se é que à continuação dos meus estudos adiantar o meu limitado saber.”

A morte, entretanto, o colhêria antes que executasse seu plano de escrever mais dois livros.

A obra não traz o nome de Júlio Frank e nem o do seu colaborador na sua feitura, que foi o seu discípulo, que o sucedeu na cadeira de História do Curso Anexo e que se tornaria um dos mais respeitados juristas do Brasil, Antonio Joaquim Ribas.

O Estado de S. Paulo, de 25 de fevereiro de 1890, ao registrar a morte de Ribas ocorrida em Petrópolis, no dia 22, assinala:

“Quando ainda estudante escreveu de colaboração, com Júlio Frank, um compêndio de História Universal que durante longos anos foi adotado pela Academia.”

Jorge Americano traça um paralelo entre Júlio Frank e Ribas, concluindo:

“Ambos exilados da família, ambos estudiosos da história, ambos inteligentes, ambos idealistas, ambos um pouco impenetráveis nas intimidades de suas vidas”⁽¹¹⁾. E acrescenta que a ligação de Antonio Joaquim Ribas com Frank “parece ser muito grande.”

E, quanto a isto, não há dúvida alguma.

No que tange à colaboração de Ribas na *História*, de Frank, expõe:

“Na morte de Ribas, referem a notícia e o voto de pesar do Instituto Histórico, que ele foi colaborador de Júlio Frank, na sua *História Universal*. A *História Universal*, de que só conheço um exemplar, é uma obra que não indica seu autor. Trá-lo, entretanto, escrito a mão: Júlio Frank, somente. Não se indica Ribas. Mas é provável que Ribas tenha sido nela colaborador de Júlio Frank. E basta ver que Júlio Frank, estrangeiro de origem, alemão segundo consta, e devendo falar e escrever com alguns erros pediria colaboração a alguém, que fosse seu íntimo, que com ele trabalhasse. O íntimo é Ribas, que lhe sofre a influência de vários modos, segundo diz a tradição”⁽¹²⁾.

Outra referência que leva a admitir essa colaboração, têm-na no artigo citado, de Miguel Reale:

“Ao mesmo tempo, penetravam na Academia as idéias liberais, sob o influxo de Líbero Badaró e de Júlio Frank, o misterioso mestre de História Universal, com quem o Conselheiro Ribas, ao que parece, aprendeu alemão, permitindo-lhe direto contato com as teorias renovadas de alguns pandectistas germânicos, completando as influências por todos recebidas da Escola Francesa da Exegese, que tinha por base o Código de Napoleão.”

Todos que tratam de Júlio Frank ou do Conselheiro Ribas não deixam de ressaltar a amizade que os unia e que Ribas foi sucessor de Frank no Curso Anexo, quando este faleceu. Justo, portanto, que Frank ao escrever um compêndio destinado à mocidade estudiosa, ouvisse o amigo e discípulo, buscasse sua colaboração e seu indispensável auxílio na sua elaboração e revisão.

(11) *O Conselheiro Ribas*, São Paulo, 1944, p. 30.

(12) *Idem, idem*, p. 26.

Era, inicialmente, intenção de Júlio Frank escrever um *Discurso* sobre a história, a fim de que seus alunos avaliassem seu objeto. No entanto, considerou o *Discurso* que Frederico Schiller pronunciou na abertura da Aula de História, na Universidade de Iena, em 1789, quando assumiu a cadeira dessa importante disciplina. Era um trabalho atual, escrito em pleno fogo da Revolução Francesa, retratando, portanto, o pensamento da época na luta do liberalismo contra o absolutismo ⁽¹³⁾.

Frank, sendo de acentuada formação liberal, membro da Burschenschaft, que lutava bravamente pela unificação da Alemanha e pregava idéias republicanas, o que contrariava as monarquias absolutistas, principalmente a russa que mantinha espíões para delatar a juventude universitária, fatalmente se socorreria do seu compatriota Schiller, nome mundialmente consagrado entre os espíritos mais evoluídos. E foi o que fez: traduziu por inteiro, a referida aula inaugural e a publicou no pórtico do seu *Resumo*.

Depois de demonstrar que só o espírito filosófico pode penetrar com segurança os arcanos da história, dada a alta compreensão em que a tem e o sentido universal com que a estuda, longe de egoísmos e parcialismos, Schiller escreve:

“O característico, que diferencia os espíritos filosóficos entre si, não é o assunto, mas sim o modo de tratá-lo; cada um deles, onde quer que esteja, jaz sempre no centro do todo, e por mais que o objeto de sua atividade o separe de seus irmãos, lhes está sempre próximo e ligado pela razão, que obra com harmonia, e os encontra onde todos os espíritos claros mutuamente se acham.”

Estabelecido, assim, que a filosofia é indispensável ao estudo da verdadeira história, passa Schiller a analisar a marcha da humanidade através dos tempos, suas conquistas em todos planos e suas lutas em todos os terrenos. E, depois de percorrer os séculos, exclama:

“Que somos nós agora? Permitti que me demore um momento sobre o século em que vivemos, sobre o estado atual do mundo que habitamos.”

E projeta, então, em ampla tela, o cenário político, social e cultural da época. E os seus problemas.

(13) O discurso de Schiller foi publicado com o seguinte título: *O que significa e para que fim se estuda a história universal?*

Na história — ensina — está a solução para muitas questões que o homem encontra no correr dos tempos e a resposta às indagações que ele formula ao deparar situações que aguçam o seu desejo de conhecer o porquê da diversidade e contração que a humanidade oferece às inteligências perquiridoras.

“Até o estarmos aqui reunidos neste momento, o nos acharmos com este grau de civilização, esta linguagem, estes costumes, estas vantagens civis, esta porção de liberdade de consciência — é talvez o resultado de todos os passados acontecimentos do mundo; toda a História Universal seria talvez necessária para explicarmos este último momento. Para que nos reuníssemos aqui como cristãos, devia esta Religião preparada por inúmeras revoluções sair do Judaísmo; devia encontrar o Estado Romano justamente como encontrou, — para que com veloz e vitorioso curso se derramasse pelo mundo, e enfim subisse ao mesmo trono dos Césares. O poder dos Francos devia vencer os rudes Germanos nas selvas da Turíngia, e obrigá-los a adotar sua crença.”

E Schiller fala das cidades que na Alemanha e na Itália se ergueram contra a opressão, na luta contra os tiranos e das conquistas superiores da humanidade. E lembra que “para que o nosso espírito pudesse libertar-se da ignorância, a qual havia encadeado a opressão eclesiástica e temporal, era necessário que o germen da literatura de novo pululasse entre seus mais raivosos perseguidores”, e que os modelos gregos e romanos elevassem o espírito oprimido dos bárbaros do norte, e a literatura se voltasse para as Musas e Graças, para descobrir o caminho para os corações e merecer o nome de civilizadora do homem. E o historiador alemão, professor da Universidade de Iena, enfoca os fatos que maior influência tiveram sobre a evolução da humanidade.

Conclui Schiller com estas palavras lapidares:

“Vós todos podeis contribuir algum tanto para a sorte, que vos aguarda na sociedade civil, por mais vária que ela seja. A todos os méritos abre-se uma vereda para a imortalidade — para a verdadeira imortalidade, onde a ação vive e se perpetua, ainda quando o nome do autor não possa acompanhá-la.”

Esta a diretriz que Júlio Frank imprimiu ao seu *Resumo da História Universal*, tomando Schiller por guia e Poelitz por modelo.

VI

Na Introdução, Frank procura dar forma bem didática e começa por definir a História Universal como sendo “a exposição e o desenvolvimento

científico dos fatos importantes e verificados, que têm formado e mudado o estado externo social do gênero humano, com observação do nexó necessário que estes fatos têm entre si, de maneira que se nos ofereça uma vista geral sobre a marcha do desenvolvimento do homem na sua totalidade.”

Para Frank, o historiador precisa aliar a qualidade de bom pesquisador com a de bom narrador. Como pesquisador ele deve conhecer as fontes em toda sua extensão, conteúdo e valor. E ao utilizá-las não deve ser parcial, mantendo-se livre de qualquer preocupação. Deve enfim utilizá-las com todo o rigor da crítica histórica. Como narrador precisa dar à exposição unidade orgânica, de maneira que se tenha a relação clara entre as partes e o todo, oferecendo, assim, um quadro geral do fato histórico. E mais: “A razão e a imaginação devem trabalhar de mãos dadas; aquela para fixar os fatos e uni-los segundo o seu nexó interno; esta para compor deste nexó um quadro completo.”

Por sua vez, classifica as fontes históricas da seguinte forma: a) os mitos, conservados e propagados pela tradição verbal, anterior à conservação dos fatos pela escrita e que se dividem em mitos originais de famílias; cosmogônicos que contêm a expressão das idéias mais antigas sobre a origem das causas do bem, do mal, etc.; heróicas, que celebram as façanhas dos heróis da antigüidade; b) contos históricos; c) monumentos mudos: escritos hieroglíficos, inscrições, táboas de leis, monumentos destinados à conservação da memória de indivíduos ou fatos importantes, moedas, documentos, etc.; d) autores contemporâneos dos fatos; e) autores posteriores.

Com isto chega à verdade histórica.

“A verdade histórica — escreve — é o resultado da crítica histórica; mas o Pirronismo histórico — duvidar daquilo que por causas subjetivas ou objetivas julgamos desfigurado, ou em parte falso — não deve ser levado ao excesso, principalmente na história antiga. A verdade histórica contudo exclui do seu território a poesia, a fábula, o conto, a novela histórica e a história dramatizada, deixando estas matérias à estética — desenvolvimento científico das belas artes — onde é seu lugar competente.”

Depois de tecer várias considerações sobre as ciências históricas, refere-se aos métodos adotados no estudo da História Universal e conclui que o método histórico determina a posição, comparação, união e desenvolvimento dos fatos e justifica aquele que seguiu.

Quanto mais distantes estão os fatos, menor é o número de notícias que nos oferecem e mais difícil se torna descrevê-los, pois que antes do uso dos sinais escritos tudo dependia da transmissão oral. O tempo anterior a esses sinais é um tempo mítico.

“Somente colônias, formadas por um povo já culto, perito na arte de escrever, têm logo no princípio uma história.”

E fixa:

“A verdadeira história verificada começa pois com a origem e formação dos Estados. Deste momento deve, pois, partir a história universal, porque os exames da origem e parentesco antiquíssimo dos povos extintos e existentes pertencem mais ao arqueólogo do que ao historiógrafo.”

Para nós — sentença —, o período da história mais importante é o que vivemos, porque seus acontecimentos são os que mais nos falam e interessam, razão pela qual a história moderníssima [que é a que chamamos de contemporânea] é muito mais viva para a geração que dela participa “do que a média e antiga, posto que a importância desta última, como de um todo político em si concluído seja inegável, e se estende muito além da sua aplicação para a interpretação dos clássicos Romanos e Gregos.”

Cada período foi seguido do método etnográfico no histórico dos estados descritos, isto porque até o tempo do domínio universal dos romanos — informa — o mundo antigo apresenta pouco nexos e somente estados e impérios independentes entre si e quase sem relação recíproca. Outro motivo que o levou a seguir o método etnográfico é que o sincronístico pressupõe muitos conhecimentos da história especial e que não fornece um panorama claro sobre o campo da história sem tabelas sincronísticas.

Frank divide a história em oito períodos que têm como marcos os fatos que provocaram uma nova forma política, de tal maneira que seus “corolários, sentidos por todo o gênero humano, produzem grande número de transformações essenciais no sistema dos estados.”

Para ele toda a massa das matérias históricas divide-se em duas partes gerais: o *tempo antigo*, que abrange impérios e estados da antiguidade até a dissolução do Império Romano Ocidental, ano 476 da Era Cristã, e o *tempo moderno*, que compreende todos os fatos históricos desde aquele evento até nossos dias. Esta ampla divisão comporta uma subdivisão, na qual se encontram os ditos oito períodos:

- 1.º — da fundação dos estados mais antigos até Ciro (o Persa) (560 A.C.);
- 2.º — de Ciro (o Persa) até Alexandre, o Macedônio (560-330 A.C.);
- 3.º — de Alexandre, o Macedônio, até a monarquia de Otaviano (Augusto) em Roma (330-30 A.C.);
- 4.º — da monarquia de Augusto até a queda do Império Romano Ocidental (30 A.C.-476 E.C.);
- 5.º — (Idade Média) da queda do Império Ocidental até Carlos Magno (o Franco) (476-768);
- 6.º — (Idem) de Carlos Magno (o Franco) até o descobrimento da América;
- 7.º — (História Moderna) do descobrimento da América até a Revolução Francesa (1492-1789);
- e 8.º (História Moderníssima) de 1789 em diante.

Esta divisão, acredito, fê-la baseado na obra de Poelitz, que lhe serviu de modelo e que vem relacionada na bibliografia, indicada como *método cronológico*.

VII

Júlio Frank termina a Introdução, apresentando a bibliografia que utilizou, sob o título de “Literatura Histórica”. Tece comentários sobre as obras e autores, mas os dados bibliográficos não são completos. Não há dúvida que Frank trouxe para o Brasil livros preciosos, dos quais se valeu nas aulas do Curso Anexo. As obras que relaciona na “Literatura Histórica” o atestam. Concluí, depois de algumas pesquisas, que sua biblioteca se dispersou e quase tudo, com o correr do tempo, se perdeu ⁽¹⁴⁾. Acredito que, inicialmente, tenha a mesma passado para Antonio Joaquim Ribas, seu discípulo dileto e seu sucessor na cadeira de História e Geografia, na vaga aberta com a morte do fundador da Burschenschaft.

Leve-se, ainda, em consideração que o alemão era língua culturalmente pouco usada, no Brasil, na primeira metade do século XIX.

A fim de informar com segurança sobre a bibliografia utilizada por Júlio Frank, na obra que nos legou e nas aulas que dava, recorri à Profa. Rosemarie Erika Horch, a qual fez um levantamento, tanto quanto possível completo, das obras relacionadas, bem como traduziu os títulos alemães. Nem todas as obras ou autores foram identificados, mas isto era de se esperar, com os recursos que dispomos no Brasil. O que foi feito — e não pouco — é bastante esclarecedor.

Isto posto, passemos ao levantamento feito pela Profa. Rosemarie Erika Horch:

ADELUNG, Johann Christoph (1732-1806) — *Geschichte der Kultur (História da Cultura)*, 1782.

BAYLE — *Dictionnaire historique et critique*. Nouv. édition de notes, extraites de Chauffepie, Joly, La Monnoye, L.-S. Leclerc, Le Duchat, Prosper Marchand, etc. (par les soins de A.-J.-Q. Beuchot), Paris, Desoes, 1820-24, 16 vols.

(14) Com raríssimas exceções, as obras citadas por Frank não foram encontradas nas Bibliotecas de São Paulo e do Rio de Janeiro. No Rio, auxiliaram a pesquisa José Gabriel da Costa Pinto, do Arquivo Nacional; Maura Macedo Corrêa e Castro, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Arthur Soares Pinho, do Real Gabinete Português de Leitura; e Maria de la Encarnacion España Santos, do Arquivo Nacional. A todos os meus sinceros agradecimentos.

BECK

BECKER, Karl Friedrich (1777-1806) — Karl Friedrich Beckers Weltgeschichte (*História Universal*), Berlin, Dunker und Humbolt, 1828-30, 14 vols.

BOSSUET, Jacques Bénigne (1627-1704) — Discours sur l'histoire universelle depuis le commencement du monde jusu'à l'empire de Charlemagne, Paris, Lefèvre, 1825, 2 vols.

BÜSCH & BREDOW

BREDOW, Gabriel Gottfried (1773-1814) — Weltgeschichte in Tabellen nebst einer tabellarischen Übersicht der Litterärsgeschichte von . . . 4. verb. und fortgesetzte Ausgabe (*História Universal em tabelas com uma epítome tabelar da história literária*), Altona, J.F. Hamnerich, 1816.

CARUS, Carl Gustav (1789-1869)

CHAUFEPIÉ, Jacques George de — Nouveau dictionnaire historique et critique, pour servir de suite à celui de Bayle, La Haye, s. ed., 1750-56, 4 vols.

CONDORCET, Marie Jean Antoine Nicolas Caritat, Marqués de — Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain. Ouvrage postume de "Condorcet", 4.^a ed., Paris, Agasse, an VI (1798), viii, 392 pp.

DOLZ

EGGERS, Christian Ulrich Detlev, freiherr von (1788-1813) — o artigo foi publicado na revista "Deutsches Magazin".

EICHHORN, Johann Gottfried (1752-1827) — Geschichte der Cultur und Literatur des neueren Europas (*História da Cultura e Literatura da Europa Moderna*), Goettingen, 1796-1813, 3 vols.

GATTERER, Jo. Casp.

GROHMANN, Johann Christian (1769-1847)

GRUBER, Johann Gottfried (1774-1851) — Geschichte menschlichen Geschlechts aus dem Gesichtspunkte der Humanität (*História do gênero humano do ponto de vista da humanidade*), 1806, 2 vols.

- GUIZOT, François Pierre Guillaume (1787-1874) — Histoire de la civilisation en Europe depuis la chute de l'Empire romain jusqu'à la révolution française... (*Cours d'histoire moderne*), 1828-1830, 6 vols.
- HEGEWISCH, Dietrich Hermann (1746-1812)
- HERDER, Johann Gittfried (1744-1803) — Idée sur la philosophie de l'histoire de l'humanité, ouvrage traduit de l'allemand, et précédée d'une introduction par Edgar Quinet, Paris et Strasbourg, Levrault, 1827, 3 vols.
- ISELIN, Isaak (1728-1782) — ... Ueber die Geschichte der Menschheit... (*Sobre a História da Humanidade*), Carlsruhe, C.G. Schmieder, 1784, 2 vols.
- JENISH, Daniel (1762-1804) — Universalhistorischer Überblick der Entwicklung des Menschengeschlechts, als eines sich fortbildenden Ganzen. Eine Philosophie der Culturgeschichte: in zwei Baenden... (*Epítome histórica universal do desenvolvimento da humanidade de que se aperfeiçoa num todo. Uma filosofia da história cultural em dois volumes*), Berlin, Voss, 1801, 2 vols. em 3.
- KANT, Immanuel (1724-1804)
- LUDEN, Heinrich (1780-1847) — Allgemeine Geschichte der Völker und Staaten des Altertums. 3. verb. verm. zum Theil umgearbeitete Ausgabe (*História geral dos povos e estados da Antigüidade, 3.^a ed., melhorada e parcialmente ampliada e refeita*), Jena, F. Frommann, 1824, 630 pp.
- MEUSEL, Johann Georg (1743-1820) — Bibliotheca historica, Lipsiae, 1782-1804, 11 vols.
- MILLOT, Cl. Fr. Xav. — Éléments d'histoire générale, ancienne et moderne, Paris, 1800, 15 vols. Fazem parte destes volumes também *Élèments de l'histoire de France* e *Éléments de l'histoire d'Angleterre*.
- MORÉRI, Louis — Le grand dictionnaire historique. Nouvelle édition, dans laquelle on a refondu les supplémens de l'abbé Goujet; revue et augmentée par Drouet, Paris, 1759, 10 vols.
- MÜLLER, Johannes von (1752-1809) — Vier-und zwanzig Bücher allgemeiner Geschichte, besonders der europäischen Menschheit nach

des Verfassers Tode herausgegeben von J.G. Müller (*Vinte e quatro volumes de história geral, especialmente da humanidade européia, editada após a morte do autor*), Tübingen, Cotta, 1810, 3 vols.

PULITZ, Karl Heinrich Ludwig (1772-1833) — *Metodo cronologico*.

ROBINET, J. B. ed. — Dictionnaire universel des sciences morale, économique, politique et diplomatique, ou bibliothèque de l'homme d'état et du citoyen. . . , Londres, 1777-83, 30 vols.

RUSSEL, W. — Introduction to the history of Europe.

SCHILLER, Johann Christoph Friedrich von (1759-1805) — Was heisst und zu welchem Ende studiert man Universalgeschichte? (*O que significa e para que fim se estuda a história universal?*), Jena, 1789.

SCHLOZER, August Ludwig von (1735-1809) — Vorstellung der Universalhistorie (*Apresentação da história mundial*), 1772; ou Weltgeschichte (*História Geral*), 1785-89, 2 vols.

SCHLOSSER, Friedrich Christoph (1776-1861) — Weltgeschichte für das deutsche Volk. Unter Mitwirkung des Verfassers bearbeitet von G.-L. Kriegk (*História Geral para o povo alemão, com assistência do autor, refeita por G.-L. Kriegk*), Frankfurt am Main, 1815-41, 8 vols.

SCHROCKH, Johann Mathias (1733-1808) — Allgemeine Weltgeschichte für Kinder. . . 2 verb. und verm. (*História geral para crianças. . . 2.^a ed., melhorada e ampliada*), Auflage, Leipzig, M.G. Weidmann (etc.), 1787-99, 2 vols.

SEGUR, Louis Philippe, cond de (1753-1830) — Histoire universelle, ancienne et moderne, par. . . , Paris, A. Eymery, 1821, 10 vols., e 1 atlas e uma tábua analítica (1823).

SUABEDISSEN, David Theodor August

TOURSON — History of the human society.

WACHLER, Johann Friedrich Ludwig (1767-1838) — Geschichte der historischen Forschung und Kunst, seit der Wiederherstellung der litterarischen Cultur in Europa. Von. . . (*História da pesquisa*

histórica e arte desde a restauração da cultura literária na Europa), Goettingen, J.F. Röwer, 1812-1820, 2 vols. em 5.

WOLTMANN, Karl Ludwig von (1770-1817) — Plan für historische Vorlesungen (*Plano para leituras históricas*), 1795.

VIII

Em conclusão, o *Resumo de História Universal*, de Júlio Frank, é obra de grande interesse para a história do livro didático no Brasil e para as histórias de São Paulo, em particular, e pátria de um modo geral. Além disso, o autor é personagem envolvida no véu da lenda, o que lhe dá uma dimensão poética, mais presente até que a realidade histórica. Quando alguém conseguiu transpor esta barreira, alcançou, indubitavelmente, a imortalidade.

Mas, ficando apenas no fato rigorosamente histórico, temos que a presença de Júlio Frank, em São Paulo, foi marcante, quer como fundador da Burschenschaft, quer como professor do Curso Anexo. Seu livro, o primeiro livro didático de História Universal publicado no Brasil, está fortemente embasado nos melhores autores da época e sua formação universitária alemã o coloca como pioneiro das boas obras dessa área em nossa terra.

Nenhuma crítica profunda foi feita do *Resumo*, de Júlio Frank, e as considerações que o ilustre escritor cearense tece em sua *História Secreta do Brasil* são fruto de exame perfunctório feito em uma única noite, das 22 às 24 horas.

Enfim, o *Resumo de História Universal* conseguiu o seu registro na história das obras didáticas brasileiras. E para sempre.